O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.13357845

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

CIENTIFICISMO E LAICIDADE NA IMPRENSA ANARQUISTA: UMA ANÁLISE DO JORNAL A LANTERNA: FOLHA ANTICLERICAL DE COMBATE (1909-1916)

Alessandro Santos da Rocha[1]

Italo Ariel Zanelato[2]

Resumo

Este estudo, voltado para a História da Educação, tem como fonte o jornal "*A Lanterna: folha anticlerical de combate*" durante sua segunda fase de circulação (1909–1916) e apresenta uma análise da relação entre o ideário cientificista e os princípios anarquistas difundidos pelo jornal. O objetivo foi analisar como a imprensa atualizou o contexto ideológico no início da República, denunciando, principalmente, a postura conservadora da Igreja Católica. A metodologia empregada consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, com base em fontes primárias acessadas através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os resultados revelam que o movimento anarquista utilizou a imprensa como meio de divulgação de suas demandas, especialmente aquelas relacionadas à formação dos trabalhadores, em oposição aos princípios da elite conservadora presente nos movimentos republicanos. Observa-se que na imprensa anarquista, a promoção do progresso da ciência moderna foi percebida como uma forma de modernização das relações sociais. Em contraste, outros órgãos de imprensa da época priorizavam os interesses do progresso material, enquanto a imprensa anarquista direcionava seu interesse para o desenvolvimento de segmentos marginalizados, tecendo severas críticas à organização social vigente, especialmente ao clero e à Igreja Católica, percebidos como obstáculos ao avanço de uma sociedade progressista.

Palavras-chave: Cientificismo; Educação Libertária; Imprensa Anarquista; Laicidade.

Abstract

This research analyzes the newspaper "*A Lanterna: folha anticlerical de combate"* during its second phase of circulation (1909-1916) and presents an investigation into the articulation between scientific ideology and anarchist principles disseminated by the aforementioned newspaper. The aim was to examine how this press proposed the updating of the ideological context in the early years of the Brazilian Republic, mainly denouncing the conservative stance of the Catholic Church. The methodology employed consisted of bibliographic and documentary research, based on primary sources accessed through the online National Library of Brazil's Hemeroteca Digital. The results reveal that the anarchist movement utilized the press as a means of disseminating its demands, especially those related to workers' education, in opposition to the principles of the conservative elite present in republican movements. It was observed that, in the anarchist press, the promotion of modern science development emerged as a means of modernizing social relations. In contrast, other press organs of the time prioritized the interests of material progress, while the anarchist press directed its interest towards the development of marginalized segments, issuing severe criticisms of the prevailing social organization, especially the clergy and the Catholic Church, perceived as obstacles to the advancement of a progressive society.

Keywords: Anarchist Press; Libertarian Education; Scientism; Secularism.

[1] Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: asrocha2@uem.br

[2] Professor da na Secretária de Estado de Educação do Paraná (SEED). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: iazanelato2@uem.br

INTRODUÇÃO

A relação entre cientificismo e laicidade é uma questão recorrente nos estudos da área de História da Educação do Brasil, especialmente, em abordagens que discutem os últimos anos do Império brasileiro e início do período republicano, quando a imprensa se ocupou de publicar os princípios da modernidade sob a perspectiva do progresso científico. Naquele período, os discursos presentes na imprensa indicavam que o avanço da ciência poderia modificar as relações conservadoras deixadas pelas relações entre o Estado e a Igreja Católica. Tão logo, diversos grupos passaram a debater sobre as mudanças a serem realizadas na sociedade brasileira e que possibilitaram consolidar a república nascente, a exemplo da laicização do país. Dentre estes grupos, destaca-se o movimento anarquista e a imprensa que os atendia.

A análise aqui pretendida, tem por tema as discussões que pretendiam laicizar o país a partir do cientificismo e que se apresentaram em um dos periódicos mais representativos do movimento anarquista e que foi publicado na cidade de São Paulo, entre 1901 e 1935, o jornal *A Lanterna: Folha Anticlerical de Combate.*

O estudo se justifica pela procura em compreender o debate científico que ajudava nos diversos pedidos de laicização do Brasil. Dessa forma, é relevante aprofundar a discussão sobre as convergências e divergências entre cientificismo e laicidade para a elaboração das concepções ideológicas sobre a questão, que foram amplamente divulgadas na imprensa anarquista. Dessa forma, para esta pesquisa utilizamos a segunda fase do jornal A Lanterna (1909–1916), período em que o jornal teve maior circulação, tendo sido iniciado no dia 17 de outubro de 1909 e encerrado no dia 19 de novembro de 1916, perfazendo um total de 293 edições. Para esta abordagem, de cunho bibliográfico e documental, utilizamos os impressos que se encontram digitalizados no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A imprensa é *lócus* fulcral para as problemáticas que se fizeram na transição do Império para a República. Seguindo essa perspectiva, a partir dela, obtém-se informações singulares para compreender as pautas que sugeriam uma sociedade laica e científica. Ela esteve presente e participou das contendas que se estabeleceram no Império e avançaram para a República.

A análise, a partir das fontes primárias, favoreceu observar desde o escopo utilizado pelos editores até a constatação de propagandas que conciliavam os interesses do movimento anarquista com as ideias em voga na época. Entretanto, fez-se imperioso identificar o quão este debate era necessário para os anarquistas, ao ponto de atacar o clero e divulgar os ideais do cientificismo, que não era algo exclusivo do movimento anarquista, inclusive, era utilizado largamente pela elite intelectual da época.

A crítica observada no jornal, em suas matérias e imagens, reforça as denúncias ao clero brasileiro que se faziam em outros setores da sociedade brasileira. Porém, no jornal *A Lanterna,* a crítica é demarcada de forma bastante contundente, haja vista que o periódico tinha por foco central ser caracterizado como a "Folha Anticlerical de Combate". É importante ressaltar que as críticas que orientavam o anticlericalismo do jornal não eram uma especificidade do periódico analisado. Em termos metodológicos, as abordagens que utilizam do método bibliográfico na investigação da imprensa, demonstram isso. Ou seja, o anticlericalismo era recorrente na imprensa da Primeira República.

O fato característico é reivindicação de vários setores para que a administração política, vigente no país, se afastasse da aproximação que tinha com o clero, a qual era notória. Concordante com isso, havia inúmeras declarações de que os aspectos doutrinários do catolicismo sustentavam as determinações políticas, inclusive, dando direções em múltiplos setores, a exemplo da Educação.

A aproximação entre clero e a conformação social do Brasil é exposta pelo jornal *A Lanterna*, sobretudo na sua segunda fase, quando se utilizou da estratégia de utilizar o discurso cientificista para postular suas ideias. O periódico, que tinha à frente Edgard Leuenroth (1881–1968), trouxe a ideologia cientificista para suas páginas. Seu interesse era combater as amarras impostas pelo catolicismo, visto como um dos pilares que sustentavam o conservadorismo brasileiro, inviabilizando o pleno progresso do país. Entretanto, as manifestações para que o Brasil se separasse da religião surgem tardiamente quando comparados com os momentos que iniciaram a história do país, a exemplo de quando os jesuítas chegaram ao país, em 1549; e de quando foram expulsos, em 1579. Por mais que os disseminadores de uma doutrina religiosa tenham sido expulsos, a mentalidade religiosa ainda se fazia presente. Percebe-se que, por um longo período, a perspectiva religiosa foi se consolidando. Em oposição, o debate sobre o Estado Laico demorou para se fazer em solo brasileiro.

Para um adequado entendimento da contenda, faz jus nos remetermos ao Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890 e, posteriormente, a Constituição Brasileira de 1891, estabelecida dois anos após a Proclamação da República. Em ambos os documentos, era preconizado que o Brasil deveria ser um país laico, contudo, muito havia que se fazer para que o Estado laico se concretizasse. Entretanto, quais os caminhos para fazer a laicidade deixar os aspectos puramente legais e adentrar ao crivo da práxis social?

A resposta para a pergunta acima pode ser analisada em múltiplas possibilidades, sendo a imprensa um local importante para uma proposição analítica, considerando que nela se publicou as manifestações daqueles que clamavam pela laicização, expressando as estratégias para fazer com que a mesma ocorresse

No rol das estratégias laicizantes estava a implementação de uma sociedade científica alicerçada no ideal de que a Ciência poderia salvaguardar o progresso. Ou seja, a ideologia cientificista laicizaria o

país e o movimento anarquista, pela imprensa, contribuiria com o processo ao divulgar suas ideias e, consequentemente, atuaria na defesa das perspectivas educativas condizentes com os trabalhadores que serviriam à República brasileira recém-proclamada.

Ao considerar o papel do movimento anarquista e sua divulgação, este estudo tem como objetivo principal demonstrar como um jornal utilizou a imprensa periódica para denunciar a Igreja e seu clero, seguindo a corrente cientificista predominante no Brasil e que fez parte da divulgação feita pela imprensa que atendia ao movimento anarquista. É claro que essa estratégia não foi exclusiva da imprensa anarquista, mas suas estratégias foram distintas e acabaram por isolar outros grupos que participaram da transição do Império para a República, como os liberais de filiação positivista e os anarquistas, os quais adotaram o seu próprio modelo de imprensa.

Em suas páginas, não havia neutralidade, ao contrário, incentivava as discussões em curso, especialmente ao afrontar os interesses da Igreja Católica. O periódico era parcial à causa libertária; desta feita, suas páginas cediam lugar aos anseios daqueles que queriam alterar o *status quo* do conservadorismo.

As críticas à influência que a Igreja exercia na sociedade, sobretudo nas intromissões que criava no campo do Estado, como na educação, provocaram o que pode ser definido como anticlericalismo, o qual foi o tema de diversos jornais, sobretudo nos últimos anos do século XIX e início do XX. Além disso, as críticas à Igreja assinalavam os interesses e as contradições dos grupos político-sociais que se erguiam e buscavam seu espaço na república nascente.

Seguindo esta perspectiva, durante as duas primeiras décadas dos anos 1900, a Igreja Católica continuou a se inserir no quadro político das decisões tomadas no Brasil. Não obstante, no período emergiam os mandos provenientes das oligarquias, as quais ganharam notoriedade após a Proclamação da República, em 1889. A República Brasileira almejava em seus movimentos se consolidar como um regime político inovador, capaz de modernizar as relações econômicas e trazer ares urbanos para o país. Entretanto, encontrava empecilhos numa sociedade que, até então, tinha seus laços firmados no conservadorismo, do qual o catolicismo fazia parte.

Além dos movimentos republicanos, surgiram também os movimentos sociais, o que corroborava, inclusive, com as lutas trabalhistas, que se manifestavam a partir do discurso daqueles que estavam à margem social, como os trabalhadores. Grupos que se autodenominavam libertários, com filiação anarquista, propuseram novas formas de organização social, mobilizando trabalhadores que, entre outras demandas, pediam uma transformação da sociedade e um modelo que atendesse às suas necessidades, como uma educação moderna e científica para os trabalhadores.

Para o aprofundamento da discussão, o presente estudo está estruturado em três seções: na primeira delas se apresenta as relações que se fizeram presentes na República, buscando a compreensão dos encontros e desencontros entre a Igreja, a imprensa e o movimento anarquista, o qual se manifestou anticlerical, auxiliando nos debates pela laicização. Após esta discussão, o texto apresenta uma seção de análise documental, a qual foi feita a partir das fontes primárias que desvelam a utilização do cientificismo pela imprensa anarquista, a qual denunciava aquilo que travava o desenvolvimento do país: o clero. Ao final, apresentam-se as considerações do trabalho, retomando a estratégia da utilização do cientificismo para laicizar o Estado e construir uma sociedade atinente aos princípios do movimento anarquista. Todavia, encontra-se dentre as considerações deste texto a necessidade de outros estudos que ampliem as análises da imprensa que atendia ao movimento anarquista, especialmente, a partir do crivo ideológico que compõe o ideário sobre o anarquismo e os meios encontrados para divulgá-lo.

NOVAS RELAÇÕES NA REPÚBLICA: A IGREJA, A IMPRENSA E O ANARQUISMO

Durante o estabelecimento da República brasileira, circularam ideias conflitantes, em termos de ideologias que buscavam garantir a consolidação política do novo regime. Para compreender esse cenário, a imprensa se mostrou como um espaço privilegiado, haja vista que publicou os interesses díspares, fossem os da Igreja Católica, da elite intelectual ou dos anarquistas que se insurgiram naquele período. Desde o início da República, a Igreja Católica buscou se aproximar do grupo à frente do Estado, buscando garantir seu espaço de articulação. Estas informações são correntes no estado da arte que balizam aquele contexto histórico e se apresentaram pela pesquisa bibliográfica coletada para esta pesquisa, a exemplo do que expõem os autores Nunes (2021), Silva (2022) e Rudy (2023).

Seguindo a abordagem dada pela pesquisa bibliográfica, podemos afirmar também que, enquanto a República era instaurada, a Igreja Católica mantinha sua influência, mesmo diante dos obstáculos que enfrentava e que colocavam em xeque o conservadorismo, que era confrontado pelas necessidades de modernização do país. Em concordância com Nunes (2021), apreende-se que a laicidade tinha um caráter muito mais jurídico que prático. A sua apresentação estava na Constituição de 1891, mas não se propagou para a prática social, ou seja, mostrava-se como uma forma discursiva que não refletia o cotidiano dos indivíduos que viveram o nascimento da República e que guardavam a tradição de um país fundado nos princípios doutrinários do catolicismo (ALBINO, 2021).

O laicismo do estado em relação à modernização da sociedade por meio da ciência é discutido em múltiplos aspectos e em locais distintos. Dessa forma, a definição de laicismo apresentado aqui é aquela que pretende afastar as questões religiosas das diretrizes que demandam as normas sociais, a

esfera civil e, também, a educação pública, a partir de um "ceticismo religioso" que exclui a religião daquilo que é referente ao estado. Essa definição é apresentada por Ashimi (2021), da seguinte forma:

> A laicidade é definida como ceticismo religioso, ou a visão de que considerações religiosas devem ser excluídas dos assuntos civis ou da educação pública. [...] laicidade é a libertação do homem, primeiro do controle religioso e depois do controle metafísico sobre sua razão e sua linguagem. Isso implica que a linguagem do homem e sua razão devem ser completamente livres do controle das religiões e da metafísica (ASHIMI, 2021, p. 106).

A perspectiva de laicismo acima é complementada pela visão que demonstra que, por mais que se tente afastar a religião do Estado, dificilmente se consolida uma visão única em que as relações humanas sejam neutras, ou seja, sem a inferência de algum aspecto religioso. Este debate está presente no trabalho de Fábio Carvalho Leite (2011), no qual o autor chama a atenção para que, embora o laicismo fosse um discurso requerido efusivamente e, mesmo tendo adentrado na Constituição, por vezes ele foi muito mais compreendido como um dos "exageros" discursivos da Primeira República, do que uma preocupação real a ser posta em prática, principalmente pelo Estado. De acordo com o autor:

> Contrariando o que se tem afirmado sobre a Constituição de 1891, é difícil identificar atos e medidas efetivamente laicistas por parte do Estado, salvo casos isolados nos primeiros anos da República, momento de maior indefinição do regime, ou mesmo depois disso, mas através de proposições e projetos sempre frustrados (LEITE, 2011, p. 45).

O resultado desse arranjo, entre o catolicismo dominante e as práticas sociais que passaram a vigorar, destacou uma laicidade jurídica, que acomodava os discursos e foi incapaz de ser executado, gerando uma configuração mais ideológica que prática. Ao considerarmos a laicidade dessa forma, compreendemos que […] não há possibilidade de considerar um novo tempo ou uma nova configuração estatal no Brasil, mas de uma *reconfiguração acomodativa* entre o Estado Brasileiro ou a Igreja Católica. A laicidade no Brasil seria cada vez mais uma "laicidade à brasileira" (NUNES, 2021, p. 232).

Certo é que, com o questionamento de seu domínio, o clero também tem seu poder político limitado. Paralelamente, grupos maçônicos, espíritas e protestantes começaram a pleitear participação nas decisões relacionadas à esfera religiosa. Diante da perda de privilégios, a Igreja procurou reorganizar-se, construindo estruturas físicas e publicando jornais e revistas, como pode ser visto a seguir:

> Pressionada pela República, a Igreja buscou reorganizar-se criando novos seminários, escolas, dioceses e arquidioceses; renovando conventos e mosteiros e editando revistas e jornais, num esforço que contou com o apoio do Vaticano que patrocinou a transferência de muitos sacerdotes estrangeiros para o Brasil (ALMEIDA, 2016, p. 330).

Ao perder espaço, a Igreja passou a se inserir em diversos debates, requerendo sua maior autonomia e fazendo com que, até mesmo o Vaticano, atuasse em questões que minimizassem os litígios entre os dirigentes do catolicismo e o Estado brasileiro. Porém, pouco adiantava, pois, na prática, o Estado passava a ter poder sobre a Igreja (ALMEIDA, 2016).

Para Almeida (2016), os acontecimentos que ocorriam no Brasil se assemelhavam ao que estava em curso em diversos países, onde se elevava a secularização das relações. Deste modo, outras pautas começavam a ocupar os debates, exemplarmente, o cientificismo e a laicidade na formação educativa. A tendência era que o Estado assumisse cada vez mais a direção das instituições, como as escolas. Entretanto, os assuntos que envolviam o fenômeno religioso não saíram dos currículos, ao contrário, a Doutrina Católica era reafirmada em numa relação ambígua com o próprio contexto que havia se instaurado: de um lado a necessidade secular e, de outro, o conservadorismo católico. Assim, o movimento anarquista contrariava o "poder católico".

> [...] um movimento que condena a influência dominante de instituições religiosas, especialmente, do clero católico, sobre os fatores políticos e sociais da vida pública e que esteve presente em diversos programas políticos, não endo, portanto, exclusividade dos movimentos populares de esquerda e nem dos anarquistas, tendo sido também amplamente propagado por livres-pensadores, positivistas, cientificistas, republicanos e racionalistas (POLETTO, 2022, p. 111).

A relação entre o Estado e a Igreja foi estabelecida pelo Padroado, o que pode ser considerado uma simbiose entre o Estado e a Igreja e que permaneceu em vigor até a Proclamação da República. Depois da proclamação, o Estado parou de financiar a Igreja, e até meados dos anos de 1920, esta última se viu sucumbida, tentando sua reestruturação. Os desentendimentos podem ser demarcados pela "Questão religiosa". Assim, se por um lado os católicos ansiavam uma maior autonomia, por outro, eles buscavam reestruturar o poderio que do catolicismo na direção de diversas questões.

> A *Questão religiosa* alertou para a necessidade de uma mudança no regime do padroado que parecia não atender mais aos interesses do Estado e da Igreja, revelando o desejo por mudanças que conferissem ao clero brasileiro uma maior liberdade de ação sob a liderança do Vaticano. [...] Esta, no entanto, foi interpretada 'como uma salvação e uma ameaça' pelos católicos brasileiros: ao mesmo tempo, em que conferia a liberdade que lhes permitiria investir em sua reestruturação de forma mais autônoma, a separação do Estado privava a Igreja dos direitos e privilégios que ela usufruíra até então (ALMEIDA, 2016, p. 330).

Estado e Igreja ficaram à mercê dos debates republicanos que se estabeleceram, caracterizando-se as relações de interesses tênues, marcadas por desavenças, ao mesmo tempo que se sustentavam nas tradições de um país que, por muito tempo, não presenciou abalos ao catolicismo. O declínio da Igreja deixou pouco para os fiéis e o clero, a não ser a defesa das bases do catolicismo. Todo este cenário, pode

ser apreendido pelo método da pesquisa documental, que demonstra, por exemplo, que as "[...] disputas que caracterizaram os passos iniciais da República Brasileira, foi um processo que começou no final do século XIX e adentrou as três primeiras décadas do século XX. Nos jornais e revistas da época, os debates em torno de questões políticas, econômicas e sociais eram intensos e fundamentais, uma vez que abordavam temas cruciais para a construção do país" (ROCHA; ZANELATO, 2023, p. 246).

Não bastassem as contendas presentes nos jornais, as investidas ao catolicismo por parte do ideário modernizador, outras disseminações de pensamento se insurgem, a exemplo dos maçons, dos socialistas e dos pensadores anarquistas. Estes movimentos implicavam em proposituras de reformar o contexto vigente e, consequentemente, tinham imbricações políticas, divulgadas em impressos, como observa Euclides Marchi.

> As divulgações, via impressos, de novas formas de pensamento são manifestações correntes no século XIX. [...] Entram em voga o socialismo, ancorado na organização dos trabalhadores, representado principalmente por Marx e Engels; juntam-se a estes pensadores, os anarquistas; tem-se o alavancamento do movimento maçônico que assume contornos políticos, defendendo uma postura anticlerical (MARCHI, 1989, p. 53).

Cabe ressaltar que vários segmentos que se intitulavam republicanos, porém conservadores e menos afinados ao progressismo modernizante, continuaram a convergir com o catolicismo, utilizando da palavra escrita nas páginas da imprensa para tentar sustentar o poderio que tinham naquela sociedade. Sendo assim, não se pode negligenciar que jornais católicos foram publicados para defender o viés conservador, conflitando, inclusive, com os debates mais eloquentes que pregavam a modernização da República. Dentre os jornais, destacam-se "*O Apóstolo, A Ordem e O Combate"*. Porém, mesmo com essas tentativas, o que se percebeu foi a investida de novos modelos de imprensa que passaram a colidir com a imprensa religiosa católica (LUSTOSA, 1991).

É inquestionável que a ofensiva do movimento anarquista à Igreja Católica teria repercussão, afinal, retirava o clero do local em que se encontrava e os lançava para um local de fragilidade.

> Além disso, a posição abertamente anticlerical adotada pelos libertários em praças vai gerar algumas escaramuças com a Igreja Católica, que obviamente não tolerará a oposição feita por esta parcela do operariado, muito menos seus esforços em arrastar seus fiéis para se dedicarem as "suas" causas (ALVIANO JUNIOR, 2011, p. 170).

O que ganhava força era a emergência de outros padrões de imprensa, os quais incitavam a laicização do país e pediam a separação entre Estado e Igreja. Dito isso, é crível que existe a necessidade de uma análise como esta apontar aquilo que estava em cerne no contexto analisado e, também, o que poderia estar no âmbito apenas das ideologias dos articulistas. Sem dúvida, "Cabe ao pesquisador o

cuidado de examinar a fonte sem se submeter a ela, ou seja, sem tomá-la como peça portadora da verdade sobre os fatos históricos. Não existem documentos neutros" (TOLEDO; SKALINSKI JUNIOR, 2012, p. 259). É certo que, os jornais anarquistas era ferramenta dos grupos insatisfeitos com os contornos que a república, sendo assim, estes jornais, como o *A Lanterna*, se posicionaram a partir dos embates entre conservadores e liberais.

O MOVIMENTO ANARQUISTA E OS USOS DA IMPRENSA

O movimento anarquista brasileiro iniciou-se nas últimas décadas do século XIX e deixou um importante legado para a consolidação das reivindicações operárias, demonstrando sua significância na formação de uma consciência da classe trabalhadora. Entretanto, em suas origens, o Anarquismo conformava as ideologias que se levantaram com as lutas da classe trabalhadora que se ergueram no final do século XIX. Em suas raízes, "O anarquismo é […] uma ideologia advinda da classe trabalhadora, durante o período de afirmação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), entre as décadas de 1860 e 1870" (POLETTO, 2022, p. 112).

O anarquismo surgiu no mesmo período em que surgiram questões relevantes no cenário europeu e que tiveram repercussão na imprensa periódica brasileira, como a necessidade de um modelo educativo que se baseasse em princípios modernos e a urgência de aderir às ideologias que se fundamentavam em perspectivas científicas, como o Positivismo e o Biologismo. Essas correntes conferiam contorno ao cenário do final do século XIX e se apresentavam como as solucionadoras dos problemas das primeiras décadas do século XX. Com efeito, é possível asseverar que "Como vemos, nas primeiras décadas do século XX, as atividades científicas encontravam legitimidade por meio de sua capacidade de avaliar e solucionar problemas da sociedade brasileira" (LIMA *et al.*, 2022, p. 219).

O louvor à ciência era uma ideologia que acalentava aqueles que queriam respostas para os problemas sociais, os quais se aviltavam com a mudança de regime político. Erguia-se assim, como ressalta José Murilo de Carvalho (2011), as manipulações sobre a ciência, a exemplo do que ocorreu com o Positivismo, que nutria o imaginário brasileiro republicano. É possível notar que as paixões pela ciência cresciam de maneira dispare entre os homens da Primeira República, os quais se expressavam em periódicos as suas convicções, sem deixar de manifestar suas representações e, ainda, ajuizando concepções divergentes, apesar de compartilharem daquelas ideologias predominantes na época — o cientificismo é uma delas.

Dentre os grupos com ideologias dispares, podemos destacar aqueles que levavam compostos pela elite intelectual da época. Eles levavam à frente as reivindicações, intentavam promover uma

educação pautada no cientificismo para modernizar a nação; ou iam além, utilizando-se do cientificismo para mobilizar seus interesses político-partidários. Era como se o Brasil descobrisse a Ciência e respirasse lá por todos os cantos, a exemplo dos museus e academias que foram criados para consolidar a cosmovisão cientificista (LOPES, 2009). O cenário dava sustentação, principalmente, aos segmentos letrados que tinham em vista o domínio da sociedade.

Por outro lado, os anarquistas também refletiam o cientificismo, entretanto, diferiam ao buscar atualizar as demandas dos trabalhadores, incorporando a educação e a ciência como instrumentos para inserir a luta operária no contexto do desenvolvimento científico legado pela modernidade (ALVIANO JUNIOR, 2012).

Ao analisar o papel do cientificismo na imprensa anarquista, é indispensável definir o que foi o movimento anarquista brasileiro do início do século XX. Afinal, a abordagem abarca um conceito que circulava em diferentes visões de mundo. Por isso, cabe questionar: quais as especificidades do anarquismo que o permite compactuar de um termo que, também, era usado pelas elites intelectuais da época, como o cientificismo? Para responder à questão, primeiramente cabe delinear as características do anarquismo para, posteriormente, abordar o cientificismo nele presente.

Para definir o movimento anarquista no seu início, são necessárias algumas retomadas teóricas do que se entende por anarquismo. Inicialmente, é possível notar que as definições sobre o anarquismo podem variar, inclusive quanto às suas limitações teóricas e práticas. Assim, o anarquismo pode ser entendido como uma filosofia política que aborda tópicos como liberdade e realização dos valores que devem elevar o trabalho humano. Como um movimento social, o anarquismo pode ser caracterizado por manifestações de trabalhadores que buscam condições diferentes das que estão subordinados.

Em uma abordagem recorrente nas visões de mundo sobre o anarquismo, Brown (2002), no livro The Politics of Individualism, afirma que o anarquismo é um movimento com uma "prática desprovida" de uma teoria que a fundamente, ou sem organização, levando à compreensão de que, sendo algo anárquico, não carece de qualquer lógica ou estratégia. Sendo assim, o anarquismo pode ser visto como um movimento violento e sem uma causa.

De acordo com Brown (2002), o enfoque anárquico gera uma compreensão popular de um movimento sem estratégias que, de certa forma, luta contra o regime político vigente. Porém, mesmo que "[…] a compreensão popular de anarquismo seja de um movimento violento contra o estado, o anarquismo é uma tradição muito mais sutil e delicada do que a simples oposição ao poder governamental" (BROWN, 2002, p. 106).

Este tipo de crítica advém de concepções que ignoram a historicidade do conceito de anarquismo e o apregoam como mera prática descontextualizada. Aliás, como ressalta Woodcock (1981), autor

reconhecido nos debates sobre o anarquismo, as ideias que fundamentam o pensamento anárquico têm outros matizes que precisam ser aprofundadas. Conforme o autor, os princípios do anarquismo foram presenciados em sociedades remotas, as quais já primavam por ideias libertárias. Consoante o autor:

> As raízes do pensamento anarquista são antigas. Doutrinas libertárias que sustentavam que, como ser normal, o homem pode viver melhor sem ser governado já existiam entre os filósofos da Grécia e da China Antiga, e entre seitas cristãs heréticas da Idade Média (WOODCOCK, 1981, p. 12).

Certamente, em alguns contextos, as ideias que principiaram o anarquismo ganharam mais fôlego, como o século XVIII, quando emergiram as revoluções que colocaram o operário numa situação de falta de liberdade, fazendo com que manifestações libertárias eclodissem. Esses sujeitos não observavam apenas como uma perspectiva filosófica, mas valeram-se de outro espectro, o da luta ativa, em prol de uma liberdade que deveria ser vivenciada na prática (WOODCOCK, 1981).

As ideias do século XVIII europeu ecoam no Brasil dos oitocentos, quando encontram um contexto para receber teorias, ideias e ideologias do velho mundo. Desta feita, é possível conceituar o anarquismo dentro daquele momento em que as teorias eram importadas.

Em suas origens históricas, o anarquismo, enquanto movimento da classe operária, ganha teorização profícua no início do século XIX, quando figuras notáveis como o francês Pierre Joseph Proudhon (1809–1865) e o russo Mikhail Bakunin (1814–1876) se destacaram como expoentes. Apesar de suas reivindicações terem sido analisadas de diferentes maneiras, algumas questões fundamentais surgem, como a oposição ao crescimento do capital opressor.

Vale dizer que os pensadores que primeiro teorizaram sobre o anarquismo do operariado, estavam num ao contexto socioeconômico em que se erguiam as críticas contundentes ao Estado e à autoridade que ele exerce, mas, também, num momento de crítica a qualquer dominação, como o imposto pela Igreja Católica. Em síntese, é possível compreender que o anarquismo é um movimento que se fundamenta em questões políticas, enquanto "Os anarquistas se opõem à ideia de que o poder e a dominação são necessários para a sociedade, e por isso defendem formas mais cooperativas e anti-hierárquicas de organização econômica, política e social" (BROWN, 2002, p. 106).

Em grande medida estes temas também aproximavam as ideologias brasileiras aos lemas que ascenderam na Revolução Francesa e, consequentemente, com a chegada da burguesia revolucionária ao poder. Contudo, o uso das ideologias encontra vertentes dispares, não meramente, a maneira como os lemas de liberdade, igualdade e fraternidade se pulverizam pelo país atingiram a interesses variados.

Historicamente, o anarquismo se enraizou no Brasil no final do século XIX, trazido principalmente por imigrantes europeus, especialmente italianos, espanhóis e portugueses. Esses

trabalhadores e intelectuais, que compuseram o movimento anarquista brasileiro, fugiram das condições precárias e opressivas de seus países de origem e encontraram um terreno fértil no Brasil para espalhar suas ideias e lutar por melhores condições de trabalho.

As discussões que ocorreram entre os anarquistas que se instalaram no Brasil, em determinada medida, estavam presentes no contexto da época. Sendo assim, é compreensível que se encontrava em suas pautas questões que estavam presentes em outros grupos que vivenciavam o Império brasileiro. Neste ponto, o viés da modernização pode ser visto como uma perspectiva que era propalada, ou ao menos pensada, tanto pelos anarquistas quanto pela elite intelectual. Mas em que divergiam? A resposta está nos objetivos: para os anarquistas, representava quebrar os laços do conservadorismo e implementar uma sociedade na qual os trabalhadores tivessem outro valor. Já para a elite intelectual, significava se afinar com ideologias que fariam a sociedade que estava dominando a sociedade continuar com seu poder. Assim, não é difícil de compreender que os anarquistas se utilizaram da modernização para fundamentar sua perspectiva de implantação de uma nova vida, voltada para o progresso e, também, recorrendo ao discurso que valorizava ciência moderna.

Ao recorrerem à perspectiva do uso da ciência moderna e da ideologia cientificista para alcançar uma sociedade que os atendesse, os anarquistas perceberam a necessidade de um meio que pudesse fazer suas reivindicações ecoarem. Não meramente, a imprensa periódica foi o caminho escolhido. Na imprensa apontavam outro caminho para a modernidade, retirando dela a perspectiva conservadora e propondo outras frentes, valendo-se do cunho cientificista que estava em voga.

Notadamente, os temas das correntes científicas estamparam as páginas dos jornais anarquistas. As teorias do Evolucionismo e do Biologismo apresentavam-se como perspectivas que poderiam modernizar as concepções sobre o mundo, vigentes naquele momento.

> No caso do anarquismo brasileiro, a mediação da recepção das teorias evolucionistas, já no período republicano, ocorreu no marco de uma diferente compreensão ideológica e política da modernidade. Nesta visão do moderno, conviviam a resistência e a denúncia do viés colonizador, autoritário, racista e hierárquico, frequentemente presente no caráter civilizacional destes discursos e reafirmado como instrumento de dominação pelas elites brasileiras. O ideário de igualdade e justiça social era, mediante criativas e combativas hibridizações com o pensamento científico evolucionista, peculiarmente interpretado como instrumento de combate político (QUELUZ, 2020, p. 217).

Nesse aspecto, é possível notar como os jornais anarquistas trabalharam com a questão do cientificismo. Para isso, vamos nos concentrar na análise do cientificismo no *A Lanterna*, tendo como foco que, para fazer avançar as ideias nele presentes, foi necessário o ataque às ideias do clero católico e a defesa de uma sociedade laica.

O cientificismo no jornal *A Lanterna* e o combate as ideologias clericais

O contexto no qual o jornal *A Lanterna* foi publicado subsidiou um modelo de República defendido por diversos setores que participavam dos debates sobre os rumos da sociedade brasileira. Estes setores buscavam o progresso, inspirados pelas vozes daqueles que requeriam a necessidade de uma sociedade moderna. Um exemplo é o advogado maçom e militante anarquista Benjamim Mota (1870–1940), criador do periódico em 1901. Ao qualificar o fundador do periódico como um maçom, é salutar pontuar que:

> Desde o final do século XIX, alguns segmentos maçônicos, ao se depararem com a questão operária, flertavam com as ideias socialistas então difundidas na Europa. Contudo, não era a tomada do poder pelo proletariado nem a construção de um partido operário o que os maçons ansiavam para o Brasil (SILVA, 2022, p. 1).

O ativismo de seu fundador, neste caso, ia ao encontro de uma sociedade democrática, na qual o Estado laico era princípio basilar. Sendo assim, o idealizador do jornal *A Lanterna* usou a palavra impressa para defender uma sociedade diferente daquela baseada na autoridade. Ele postulava uma sociedade com base em uma educação baseada numa pedagogia livre, ou ainda libertária. Para fazer valer sua perspectiva pedagógica, o jornal, criado por Benjamim Mota, denunciava o clero e reverenciava ideias consideradas "verdadeiramente modernas", como pode se ler no seguinte trecho:

> Pelo que se abaixo vai ler podemos desde já garantir que o ensino livre, racional, alheio as injunções do clero mentiroso, vai ser um fato, podendo assim, a bora do grande Ferrer ser continuada em S. Paulo.
>
> Esperamos que todos os livres pensadores, interessando-se vivamente por esta obra, não deixarão de enviar donativos ao comitê promotor da grandiosa ideia (A LANTERNA, 1909, 07, p. 1).

Mas, enquanto os anarquistas defendiam o ensino livre, outros grupos se destacavam, também, utilizando a imprensa para promover interesses díspares. Nesse sentido, podemos identificar, pelo menos, três segmentos que empregaram a palavra escrita para difundir seus ideais: o clero, os liberais progressistas de orientação positivista e os anarquistas. Seguindo esta perspectiva, cabe um esclarecimento importante: os positivistas, por mais que se asseveram modernizadores e em busca de uma sociedade progressista, compartilhavam do ideário conservador, ao mesmo passo que defendiam a renovação dos valores sociais. Essa crítica é feita pelo *A Lanterna* num editorial que desnudava a crítica:

> Ninguém, infelizmente, pode contestar que a Suprema Cúria ainda exerce em nosso país um pode real, não sobre a população como também sobre os poderes públicos de diversos Estados, não obstante, há nos temos desligados do Vaticano. *Os nossos homens públicos, a despeito do Positivismo do qual se dizem adeptos, continuam sempre a guardar para com o clero que nos ameaça uma condolescencia excessiva que além de ser anticonstitucional é incontestavelmente criminosa (*A LANTERNA, 1914, n. 14, p. 1, destaque nosso).

Os liberais positivistas tinham interesse em manter o espírito republicano, promovendo um regime político que estimulasse a urbanização e a industrialização, elementos essenciais para aproximar o Brasil das nações republicanas, mas não se distanciavam do espírito conservador proveniente da Igreja Católica. Aliás, muitos deles ajuízam, favoravelmente, aos vínculos entre Estado e Igreja.

> Na Primeira República, parecia haver certa confluência entre essas e outras experiências organizativas, materializada na defesa da ampliação de direitos políticos e sociais. O anticlericalismo unia diferentes correntes no sentido de construção dos diversos modelos propostos para a República, fazendo com que, entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, fosse possível identificar grupos em que se articulavam anticlericais, liberais, abolicionistas, anarquistas, socialistas, positivistas, espíritas, maçons, comunistas, entre outros vigente e a luta por uma sociedade diferente, tendo, para isso, de enfrentar inimigos que exerciam influência sobre a nascente República, como as oligarquias rurais ou mesmo o clero católico (SILVA, 2022, p. 6-7).

Para alterar a ordem posta, a Educação era vista como um baluarte necessário, estabelecendo conexões diretas com modelos científicos que priorizavam a formação de indivíduos capazes de impulsionar um novo modelo econômico, político e social para a sociedade brasileira. Era preciso combater o analfabetismo e expandir a rede escolar, para então, a sociedade transformar-se. As propagandas republicanas davam conta de que construir escolas seria o caminho. Caracteristicamente, o período passou a demonstrar um "otimismo pedagógico" que deveria ser implementado nos diversos cantos do país (NAGLE, 1976).

No entanto, a ideologia emergente no período não se limitava à busca por modernização ou à mera manutenção das relações sociais estabelecidas no século XIX. As ideias veiculadas na imprensa do início do século XX desafiavam o espírito conservador associado ao catolicismo, emoldurando uma condição difícil para separar o Estado da Igreja. Ainda assim, apresentavam propostas alternativas de outros pensadores que conduziam o pensamento livre. Assim, os jornais seriam propícios para as ideias de jornais como o *A Lanterna*, e cediam espaço para,

> [...] liberais e livres-pensadores [que] propagam em todos os cantos suas ideias e princípios, sem esquecer o tremendo impacto que provocaram as ideias racionalistas e naturalistas, defendendo a autonomia da ciência moderna (KLAUCK, 2011, p. 141).

É notório que o projeto republicano liberal afrontava o conservadorismo do clero, que ainda sustentava as premissas conservadoras. Dito em outras palavras, ameaças ao conservadorismo vinham de vários lados, fosse dos conservadores ou daqueles que propunham mudanças mais radicais. Destarte, "A separação retirou do catolicismo o caráter de braço da administração pública, mas não limitou sua atuação. As lideranças eclesiásticas buscaram se fortalecer com grupos políticos regionais" (OLIVEIRA, 2021, p. 77).

As divergências impunham uma prática libertária por parte do movimento anarquista. Eles se levantam por idealizar modelos livres das amarras políticas consolidadas e filiados ao contexto europeu. Nessa perspectiva, era necessário fazer com que o discurso cientificista da modernidade fosse ao encontro da defesa dos trabalhadores, logo, não cabia filiar-se aos ideais da elite burguesa, mas, também, que deveria manter-se contra os mandos do clero. Em suma, a perspectiva anarquista denunciava que ambos os setores mantinham relações com uma sociedade conservadora, quando analisada sobre o crivo da modernidade. Assim, propunham o anarquismo como via de mudança, como já havia feito Benjamim Mota ao iniciar o jornal *A Lanterna*.

A anticlericalismo como via para a laicidade nas páginas do jornal *A Lanterna*

As análises do jornal *A Lanterna* apontam que, na sua segunda fase (1909–1916), o jornal ficou ainda mais ferrenho nos seus ataques ao clero. A maneira de Edgard Leuenroth (1881–1968) enfrentar os representantes do catolicismo demonstra, dentre outras possibilidades, sua perspectiva combativa e, ao mesmo tempo, a via utilizada para instaurar um estado laico, sem a presença da Igreja nas decisões do Estado.

Edgard Leuenroth sustentava a necessidade de uma nova educação científica para o Brasil. Nessa perspectiva, defendeu uma escola moderna e libertária que considerava uma inspiração vinda da Europa, especialmente daquilo que foi difundido pelo catalão Francisco Ferrer y Guardia (1859–1959). Francisco Ferrer y Guardia era elogiado por fundar diversas escolas com o objetivo científico. Desta forma, o *A Lanterna* referia-se a Ferrer, afirmando ser ele um dos "sábios pedagogistas modernos":

> Digamos, em linhas gerais, aos católicos de boa-fé, quem foi este novo Giordano Bruno do nosso século:
>
> Francisco Ferrer y Guardia, nascido na província de Barcelona e contando 52 anos quando foi assassinado, foi, no princípio da sua mocidade o revisor dos caminhos de ferro.
>
> [...]
>
> As 48 escolas que fundou na Espanha são resultantes desse legado.

> Entre os sábios pedagogistas modernos, foi Francisco Ferrer um dos mais eminentes, senão o mais eminente (A LANTERNA, 1909, n., 3, p. 1).

O projeto de Ferrer era consoante ao do cientificismo moderno. A presença de sua biografia era uma defesa de um modelo progressista, todavia, encontrava-se com as ideologias cientificistas da época. Contudo, é imprescindível demarcar que sua defesa era de uma escola livre, de tal maneira propagandeava que a escola moderna pregava o livre pensamento, sendo este necessário para elevar a razão humana.

Evidentemente, ao ser anticlerical, o jornal não poupava de críticas os princípios da escola católica, que, segundo ele, ensinava de forma catequética, sem expor os problemas que a Igreja enfrentava; não obstante, o projeto pretendido era de fundar a Escola Moderna em São Paulo.

> E a Escola Moderna tem tese de tudo em vista uma reforma pedagógica. Em vez de papagaios, quer fazer homens capazes de observar, compreender e discutir, homens de senso crítico desenvolvido. Ella quer banir o ensino dogmático de tudo, dirigir-se mais a inteligência do que à memória, fazer partir gradualmente do conhecido para o desconhecido, e desenvolver com esta marcha, na criança, a iniciativa e o esforço pessoal. Em vez do ensino de palavras, de definições, o ensino pelos factos, pela natureza, pela vida. Ella quer simplificar os programas, expurgando-os de todas as inutilidades clássicas, adaptando o mais possível o ensino as necessidades da vida (A LANTERNA, 1910, n. 16, p. 1).

O jornal colocava a Escola Moderna como sendo uma alternativa neutra e não parecia reverberar apoio aos demais jornais e revistas da elite intelectual da primeira república que, similarmente, também defendiam a perspectiva cientificista para a modernização do país. Nas páginas do periódico anarquista, o que se viu foi a valorização de um pensamento que se autoafirmava livre, indispensável a um Estado laico.

O modelo educativo presente nas folhas do periódico balizava a perspectiva libertária, inclusive, na liberdade do pensamento, que poderia ser pensado para longe dos modelos que haviam dominado o cenário educativo até então, como os dogmas presentes no Estado conservador que se inclinava aos princípios da Igreja Católica. Não por acaso, o jornal asseverava que um modelo científico divulgado pelos anarquistas seria o ideal para fugir dos dogmas “monótonos” que ocupavam a educação. Assim, nas páginas do jornal era possível encontrar a valorização do pensamento anárquico enquanto uma nova teoria sociológica a ser ensinada para as crianças.

> Mas os anarquistas, que são livres pensadores completos, iriam com isso de encontro ao seu próprio fim. O anarquismo é uma teoria sociológica muito complexa e não poderia ser ensinada as crianças senão dogmaticamente ou pela repetição monótona e mecânica, como o catecismo, como o padre (A LANTERNA, 1910, n. 16, p. 1).

Em síntese, a contrapartida ao modelo clerical, altamente ideologizado pelo conservadorismo, era defendida pelo jornal *A Lanterna* por meio da liberdade de ensino e da disseminação da ciência moderna. Para fortalecer sua defesa, o periódico informava que a educação moderna deveria assumir uma postura neutra e livre, assegurando não defender nem o ensino clerical, estabelecendo que a criança teria o direito de fazer suas escolhas.

Quanto aos métodos de ensino, o jornal afirmava que a Escola Moderna pensada por Ferrer e propagandeada pelo jornalista Edgard Leuenroth, não tinha finalidade religiosa ou antirreligiosa, mas seria uma escola laica e seus métodos pautados em princípios científicos, como já feito em países europeus. Em um editorial, o jornal mencionava que o modelo seguia princípios que eram caros em outros países, a exemplo de Portugal, que havia sido visitado por Ferrer, e que havia se encantado com o método de alfabetização de João de Deus.

> A cartilha da 'Escola Moderna' é, no entanto, susceptível de aperfeiçoamento quanto ao método. Ferrer, quando da sua visita a Lisboa, nos últimos tempos, ficou encantado com o método de leitura João de Deus, que lhe foi ali mostrado. Ferrer, como se sabe, era um infatigável estudioso e renovador das suas próprias ideias e processos — e a essa bela faculdade deve ele em boa — parte o êxito e retumbância da sua obra. Do momento em que, professor de espanhol na Associação Philotechnica de Paris e no liceu Condorcet, compôs o seu curso de Espanhol pratique, ainda hoje adotado, até aquele em que fundou e apresentou V Ecole Rénovée e lançou as bases da 'Liga internacional para a Educação racional da infância' vai num bom trecho de evolução feliz, ao contacto de ilustres educadores europeus e de boas obras descobertas nas suas viagens. Voltando ao nosso ponto: O método de João de Deus, aliado talvez às letras móveis, adotadas por P. Robin em Cempuis, creio ser o mel (A LANTERNA, 1910, n. 20, p. 1)**.**

Na matéria em que trazia a biografia e os feitos de Ferrer, o jornal criticava o modelo de pedagogia jesuítica implantado no Brasil. A crítica estava alicerçada no perfil religioso. Além disso, acusava os jesuítas, os quais chamava de “Negra seita de Loyola” de usarem a imprensa para difamar a memória de Ferry com “Mentiras desastradas”. Não obstante, incitavam a necessidade de laicizar a sociedade e fazer a ordem posta sucumbir frente ao modelo anarquista, que consideravam sendo o “verdadeiro renovador das ideias” (A LANTERNA, 1910).

O que se pretendia na contenda instalada era avistar um novo modelo educativo, que inovasse os aspectos morais que gerariam uma nova mentalidade, afiançado pelo desenvolvimento da modernidade. Isso fica muito aparente no intelectualismo da época e avançou para outras frentes, com o anarquismo. A distinção entre o intelectualismo da elite burguesa se encontra no projeto educativo científico do anarquismo, a diferença estava na visão de mundo que cada segmento carregava. Contudo, ambos pensavam num projeto de educação que pudesse construir outra mentalidade. Silvio Gallo nos explica da seguinte maneira:

> Tratava-se de, através da educação, construir uma nova moralidade e uma nova mentalidade. Este projeto esteve centrado numa concepção de ser humano e numa concepção de sujeito herdadas da filosofia moderna. Ainda que tenham se distanciado dos projetos educativos burgueses, eram os mesmos conceitos básicos que fundamentavam seus projetos. A diferença estava naquilo que afirmavam, em seus propósitos, em sua visão social e política (GALLO, 2012, p. 170).

Por inúmeras vezes, a crítica do jornal era direcionada diretamente ao clero, sendo que fez investidas contra os padres, frades e bispos. Ao escrever sobre a "Escola Clerical", o editor do *A Lanterna* questionava sobre a serventia dos padres. Em seus argumentos, expunha os clérigos, apontando alguns que demonstravam ser os padres um dos obstáculos para o progresso, senão, vejamos:

> Para que serve o padre?
>
> 'Para obscurecer com o fumo das sacras fogueiras os fachos luminosos da Ciência e da Razão, a cuja luz deslumbrante empalidecem as mentiras bíblicas, eclipsa-se o prestígio dos jesuítas e recua o divino fantasma para além do nada'.
>
> Ainda outras nos merecem especial menção [...]
>
> 2° lugar: 'Para impedir o progresso da humanidade e abafar o grito de verdade dos poucos que, por esforço próprio, conseguiram libertar-se das suas garras terríveis'.
>
> 3° lugar: 'Para seduzir as moças por meio dos confessionários; para explorar a dor, a lagrima; para implantar a discórdia no seio da família; para viver sem trabalhar; para embrutecer, para comer' (A LANTERNA, 1910, n. 15, p. 1).

Outro questionamento presente no periódico era a serventia do próprio Catolicismo, que no entendimento era uma invenção social que impedia os avanços das sociedades, assegurando o Estado religioso em oposição ao Estado Laico. Essa constatação pode ser averiguada quando em uma edição de 1914, intitulada de "Deus e deuses", o jornal tece suas críticas:

> Não devemos confundir a religião com as invenções dos teólogos. A religião é um fato da sociedade, tão antigo quanto se queira. [...]
>
> De que modo houve deuses rivais, deuses ricos e deuses pobres, nobres e reis entre os deuses também, facilmente se compreende. E enfim, sucedeu que engenhosos legisladores, aqui e ali, que quiseram introduzir um pouco de ordem nos povos dos deuses, e deram-lhes um rei e uma carta (A LANTERNA, 1914, n. 243, p. 1).

Como se percebe, *A Lanterna* contribuía com a perspectiva anticlerical ao criticar os padres e acusá-los de práticas destoantes com aquilo que concebia o próprio catolicismo. Outrossim, postulava que a própria Igreja Católica era um constructo social para inculcar seus fiéis, ao ponto de criar "Deus e deuses", dos quais os "engenhosos legisladores" se aproveitaram. Desta feita, não seria plausível que o clero conduzisse a educação, muito menos que fossem professores em escolas, no qual tinham por objetivo formar as crianças para o Brasil República. Assim, ao criticar o clero, o jornal propunha seu

reformismo e divulgava suas ideias, notadamente as afeitas ao anarquismo libertário que ocupou as páginas do jornal. Como apresenta Andrade Neto,

> Os periódicos noticiavam, traziam indicações de leitura, discutiam e criticavam a ausência de educação para a maioria dos trabalhadores. Acusavam a péssima qualidade aos poucos que a recebiam. Atentavam impiedosamente sobre o caráter ideológico, criticado duramente em textos de vários jornais, como A Lanterna, jornal paulista, que combatia a influência da religião sobre a sociedade e especialmente na educação. (ANDRADE NETO, 2008, p. 89).

Enfim, é inegável que no jornal *A Lanterna* se cumpriu com a função de defender as causas do grupo que representavam. Porém, a partir do contexto histórico brasileiro, o jornal passou a vislumbrar que o anarquismo ganhasse destaque com sua contribuição nos discursos que suscitavam lutas em nome da liberdade e da igualdade, crivado por um novo ar de modernização vinda do cientificismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento anarquista brasileiro, dos primeiros anos do século XX, consolidou-se como uma resposta à opressão e à coerção exercidas pelos movimentos sociais que se fortaleceram com o avanço do debate republicano. Destarte, o movimento defendia a liberdade individual e a emancipação dos indivíduos de todas as formas de dominação. Sendo assim, os anarquistas tracejaram perspectivas críticas ao se opor a movimentos que visam limitar a liberdade, seja através das estruturas hierarquias, ou ainda, das ideias que se tornaram hegemônicas. Todavia, neste ponto, o estudo aponta para uma questão significativa: a similitude de fazer a transformação da sociedade por meio do cientificismo.

O cientificismo era uma das vias para laicizar o país. Esta afirmação é consoante com a imprensa periódica da época, dentre a qual se destaca a imprensa anarquista, o jornal *A Lanterna*, no trabalho constante de seu redator, Edgard Leuenroth, em fazer de seu periódico uma folha combativa e anticlerical. Essa afirmação pode ser verificada nas publicações que vieram a lume na segunda fase do jornal, ou seja, entre 1909 e 1916. Entretanto, alguns limites podem ser questionados e ainda podem se somar ao estado da arte em outros estudos, como, por exemplo, a problematização do uso de ideologias que compunham os ideais dos liberais e, ao mesmo tempo, serviam aos interesses das perspectivas que se divulgavam como libertárias.

É inegável que o debate cientificista, presente nas correntes positivistas, no Darwinismo e no Biologismo, circulava em escala abrangente, sendo adaptado às perspectivas que, estrategicamente, adaptavam as ideologias aos seus discursos. A partir dessa conjuntura, é plausível investigações que

observem os limites ideológicos das concepções que se mostram num dado contexto, a exemplo dos momentos iniciais da República brasileira.

Atualizando o cenário das pesquisas sobre a laicidade no Brasil, as pesquisas com a imprensa anarquista denunciam as direções que o clero desejava assumir, tendo em vista a manutenção dos grupos dominantes que se formaram no Império e que estavam ligados à Igreja Católica. A laicidade era muito mais um ideal que uma prática nas vozes dos conservadores, os quais tiveram suas visões de mundo expostas por jornais como *A Lanterna*.

A utilização do cientificismo pelo movimento anarquista, evidentemente, pode gerar estranheza. Todavia, é inegável a premissa de que o cientificismo, ideologicamente, conferiria o progresso das ciências e, consequentemente, o progresso social. A imprensa anarquista usou essa premissa para demonstrar que o clero era uma das principais barreiras para o progresso científico, criando obstáculos que impediam o progresso dos indivíduos, inclusive dos homens da classe trabalhadora, defendidos pelo movimento anarquista.

Em suma, o estudo apontou que os jornais anarquistas se posicionaram contrariamente ao conservadorismo da época, mas se aproximavam das ideologias postas ao defender o cientificismo como via para o progresso e para a modernização das relações. Ainda que o movimento anarquista tenha na causa operária o seu mote, observa-se que suas defesas deveriam circular no universo de ideias que estavam em voga no início da República brasileira. Tão logo, o jornal pautou o cientificismo ao mesmo tempo, em que condenava as posturas conservadoras, principalmente as provenientes da Igreja Católica. Faz jus lembrar que, a contundência de suas críticas demonstrava que a laicidade das relações poderia proporcionar o avanço social, tão requerido pelo período; no entanto, o debate que estava presente na Primeira República, pouco foi colocado em prática pela sociedade de um modo em geral, sobretudo pelo Estado.

Por fim, importa dizer que, dentre os diversos debates sociais que se colocaram naquele contexto, o jornal *A Lanterna* encontrou no cientificismo, a partir do ataque ao clero, um lema a ser efetivamente destacado para colocar suas páginas em evidência. Certo é que a ideia não era apenas fazer a modernização nos moldes daquilo que pretendia da imprensa periódica que atendia a elite letrada da época, mas dar voz aqueles que comungavam do anarquismo e buscavam sedimentar seus princípios em oposição à sociedade vigente e ao conservadorismo católico que estava embricado nas estruturas da República.

REFERÊNCIAS

A LANTERNA. “A Lanterna: Folha Anticlerical de Combate”. **A Lanterna** [1909]. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10/02/2024.

A LANTERNA. “A Lanterna: Folha Anticlerical de Combate”. **A Lanterna** [1910]. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10/02/2024.

A LANTERNA. “A Lanterna: Folha Anticlerical de Combate”. **A Lanterna** [1914]. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10/02/2024.

ALBINO, J. N. **Na imprensa, entre leis e ciências**: o curandeirismo em questão na Primeira República (1890-1899) (Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

ALMEIDA, C. A. “Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX”. **Revista de História**, n. 174, 2016.

ALVIANO JUNIOR, W. “Educação anarquista no brasil: contexto sócio-histórico”. **Revista Contexto e Educação**, vol. 26, n. 86, 2012.

ANDRADE NETO, J. C. **Educação anarquista e pedagogia libertária**: caleidoscópio de uma história (1880-1930) (Dissertação de Mestrado em Educação). Salvador: UFBA, 2018.

ASHIMI, T. A. “Secularism: Meaning, Kinds and Characteristics Tijani Ahmad Ashimi”. **International Journal of Research and Scientific Innovation**, vol. 8, n. 10, 2021.

BROWN, L. S. **The Politics of Individualism**. Minneapolis: Editora Black Rose Books, 2002.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2017.

GALLO, S. “Anarquismo e educação: os desafios para uma pedagogia libertária hoje”. **Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, vol. 36, n. 36, 2012.

KLAUCK, S. “A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX”. **MNEME – Revista de Humanidades**, vol. 11, n. 29, 2011.

LEITE, F. C. “Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República”. **Religião e Sociedade**, vol. 31, n.1, 2011.

LIMA, N. T. *et al*. “As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro”. **Estudos Avançados**, vol. 36, n. 105, 2022.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: as ciências naturais e os museus no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

LUSTOSA, O. F. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Editora Paulinas, 1991.

MARCHI, E. **Igreja e a questão social**: o discurso e a praxis do catolicismo no Brasil, 1850-1915 (Tese Doutorado em História). São Paulo: USP, 1989.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976.

NUNES, E. O. "O conceito de laicidade no Brasil: apontamentos para uma teoria". **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, vol. 1, n. 26, 2021.

OLIVEIRA, G. S. "A constituição é lá para você?". **Revista Brasileira de História das Religiões**, vol. 14, n. 42, 2021.

POLETTO, C. "Imagens anticlericais radicais: a formação e a circulação de um imaginário subversivo na imprensa anticlerical argentina e brasileira no decorrer do século XX". **Esboços: Histórias em Contextos Globais**, vol. 29, n. 50, 2022.

QUELUZ, G. L. "Apropriação e produção de teorias evolucionistas nos periódicos anarquistas brasileiros (1900-1930)". **Revista Crítica Histórica**, vol. 11, n. 21, 2020.

ROCHA, A. S.; ZANELATO, I. A. "A pesquisa documental e as possibilidades de seu uso nos estudos sobre a imprensa periódica educacional brasileira da Primeira República". **Humanidade e Tecnologia**, vol. 41, n. 1, 2023.

RUDY, A. C. "Nem Deus, nem amo: O antirreligiosismo na propaganda anticlerical anarquista em inícios da República no Brasil". **Rever: Revista de Estudo de Religião**, vol. 23, n. 2, 2023.

SILVA, M. G. "Os comunistas e a maçonaria no brasil". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 26, 2022.

TOLEDO, C. A. A.; SKALINSKI JUNIOR, O. "A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método". **Revista HISTEDBR On-line**, vol. 12, n. 48, 2013.

WOODCOCK, G. **Os grandes escritos anarquistas**. São Paulo: Editora L&PM, 1981.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima